

Congresso

22 MAR 1992

Este é o Legislativo

Ná Câmara dos Deputados, aprovaram-se, em requerimento único, os pedidos de urgência urgentíssima para votação do decreto legislativo que suspende os efeitos do precatório sobre o reajuste de 147% para aposentados e pensionistas, e para votação do projeto de lei que cria a Secretaria de Governo. Dirá o leitor que, tratando-se de urgência urgentíssima, a votação ocorreu em seguida ou no dia seguinte. Nada disso. Essa votação, simplesmente, foi adiada, quem sabe, para a semana que vem. E por quê? Esclareceu o presidente daquela Casa do Congresso: "As duas matérias não têm relatores e, como as comissões permanentes da Câmara não foram instaladas, não posso indicá-los". Assim, não havendo comissão em funcionamento, não há presidente de comissão; e não havendo presidente não há quem designe relator. Não havendo relator, ainda que o caso seja de urgência urgentíssima, de nada vale o que se decidiu, ao aprová-la.

No Senado, há necessidade de que a Comissão de Orçamento aprecie projeto de lei resultante de mensagem do Executi-

vo. O presidente daquela Casa do Congresso advertiu seus pares para a possibilidade de, recorrendo ao uso de prerrogativas que lhe são asseguradas pelo regimento interno, designar relator para a apreciação de tal projeto, porque as lideranças partidárias, como na Câmara, não designaram quais os parlamentares que integrarão essa comissão, pelo que está ela sem presidente, etc.

Ninguém estranhe se, diante de tamanha inércia e de tanta falta de vontade para trabalhar existentes no Legislativo, em Brasília, circularem brevemente notícias de que senadores e deputados resolveram *se aumentar*, concedendo-se alguma majoração de subsídios. Ninguém é de ferro. Aliás, trabalhar, para quê? Não é este um ano de renovação de mandatos eletivos lá. O acerto de contas com o eleitorado só acontecerá em 1994. Há muito tempo para fazer uma faxina, votar (mesmo por intermédio das lideranças) algumas proposições de caráter eleitoreiro que tenham efeito bombástico, e tudo *se arrumará*.

Cumpre observar porém que dessa

ESTADO DE SÃO PAULO

forma não há regime que funcione, nem o presidencialista, porque afinal ainda são necessárias as leis, nem o parlamentarista, no qual aliás crescem as responsabilidades dos parlamentares no acompanhamento dos atos do Gabinete a fim de respaldá-lo ou derrubá-lo. Em meio à preguiça dos senadores e dos deputados, lembre-se o fato de Brasília estar aí, dando ensejo à tradicional revoada do começo e do fim da semana, ao esforço concentrado e coisas que tais. Quando o Congresso funcionava no Rio, no Monroe e no Palácio Tiradentes, não havia nada disso — e muito menos os *apartamentos funcionais*, as passagens aéreas de favor, as verbas para correspondência e os telefonemas gratuitos. Ficam-se devendo esses cacoetes ao *creator Brasiliae*.

Não é preciso ser profeta para prever que toda essa *nonchalança* (para dizer o menos) não poderá durar ad aeternum. Um dia, quem estiver em débito com a Nação e com os cofres públicos, tendo transformado a obrigação de trabalhar no Legislativo em sinecura, terá de prestar contas a alguém.